

Mortes de motociclistas sobem 18% em São Paulo

Especialistas levantam tese que aumento nos óbitos está ligado à invasão de empresas de aplicativos no setor de motofrete.

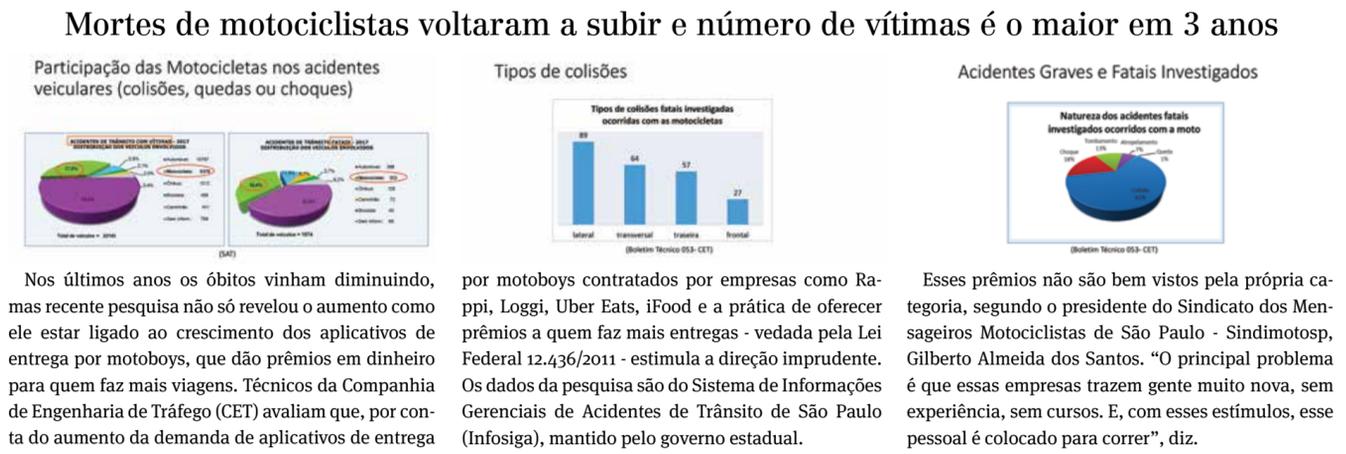
Desrespeito as leis, incentivo ao aumento de velocidade por conta de prêmios e metas para os trabalhadores são práticas que os motociclistas estão sujeitos ao trabalharem para elas.



Entre 2014 e 2015, as empresas de aplicativos no motofrete começaram oferecendo corridas a R\$ 22, jornada de trabalho menor e benefícios para os motociclistas profissionais. Com o passar do tempo, a falta de fiscalização nos serviços prestados por essas empresas bem como ganância por lucros, levaram uma década de conquistas trabalhistas do setor de duas rodas profissional para baixo, na contramão da história. Precarização de direitos trabalhistas, prática de dumping social e queda na qualidade de vida do motociclista são alguns itens que tem deixado o motociclista profissional desmotivado, além de fazer com que trabalhem mais para que consigam manter salários razoáveis. Muitos trabalhadores se regulamentaram para poder ficar dentro da lei, mas agora, muitas em-

presas de aplicativos no motofrete trabalham com quem ainda está longe de estar padronizado conforme determina as Leis 12.009 (Federal) e 14.491 (Municipal válida na capital São Paulo). Ainda por cima, essas empresas desrespeitam a Lei Federal 12.436 (que impede as empresas de apressar o motociclista nas entregas mediante oferta de prêmios) e a Lei Federal 12.997 que determina o pagamento de adicional de periculosidade para todos que exercem atividades com motocicleta. De lá para cá, o motociclista profissional que trabalha em aplicativos se viu refém do sistema e, para manter um ganho mínimo, precisa trabalhar horas a fio, ficar a mercê das empresas, como Loggi, Rapido, Rapy e outras, além de ter todos direitos trabalhistas

conquistados ao longo dos anos, anulado com ilusão de serem micro-empresários. Isso acontece porque os motoboys não são MEIs, já que não negociam com os tomadores de serviços. Como não fecham preços de corridas, o ganho maior fica com as empresas de aplicativos no motofrete, já que as notas fiscais dos trabalhadores é feita para essas empresas, ficando assim subordinados a elas que ficam cada vez mais milionárias. Enquanto isso, o trabalhador motociclista viu seu ganho salarial cair, bem como sua qualidade de vida. Atualmente, ele precisa trabalhar mais para manter um salário que compense, o que na maioria das vezes não acontece. De pouco mais de R\$ 22 em 2015, hoje com os R\$ 12,00 (queda de 47,60%), em jornadas intermináveis e cansativas, o motoboy está sujeito a acidentes bem como desgaste maior de sua motocicleta, que ainda para piorar, nem recebe o aluguel de moto que os registrados em carteira recebe. Na conta feita na ponta do lápis, percebe-se que aumentou o número de quilômetros rodados de 2.500 kms por mês para 3.500, o índice de mortes que chegou a alarmantes 400% e as despesas por mês que saiu dos R\$ 1.603,17 para R\$ 2.050,00, em média, gerando 31,75% de aumento, além da concorrência entre os trabalhadores de aplicativos passar de 1300 para 5000 cadastrados, tendo aumento de 260%.



SindimotoSP realiza junto com motociclistas profissionais diversas manifestações contra empresas de aplicativos no motofrete

Desde 2014 o sindicato dos motoboys, no legítimo interesse da categoria profissional de duas rodas, vem reivindicando junto as autoridades públicas posicionamento e atitude em relação as essas empresas que precarizam as relações trabalhistas e exploram o trabalhador motociclista, bem como praticam concorrência desleal em relação as empresas express de entregas rápidas tradicionais. As ações do SindimotoSP resultaram em investigações do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego (veja nessa página matéria sobre o assunto). As manifestações tiveram apoio irrestrito da categoria que está cansada da exploração, segundo depoimentos dos próprios motoboys. Há tempos estas empresas vem promovendo o desmoroamento do setor de motofrete deixando de pagar os direitos trabalhistas dos motociclistas profissionais, bem como levando a falência empresas convencionais de motofrete que pagam impostos, gerando desemprego e praticando concorrência desleal.



Empresas de aplicativos no motofrete exigem uso de mochilas e baús fora da norma de segurança expondo trabalhador a risco de acidentes e problemas de saúde.



As bolsas e mochilas de cargas utilizadas pelos motoboys de aplicativos estão fora da orientação da Lei Federal 12.009 e da Lei Municipal 14.491, além de Norma Regulamentadora 17 MTE. Empresas como a Rappi, Loggi, Ifood, Glovo, Uber Eats e outras, exigem o uso de mochilas em desacordo com as normas exigidas por lei. Fora do padrão, elas comprometem a segurança dos motociclistas no trânsito com vários fatores que causam acidentes com maior facilidade, sendo o principal a perda do equilíbrio do condutor, pois a dirigibilidade fica totalmente comprometida com forças imprevisíveis geradas através do peso da bolsa de cargas ou com o deslocamento interno dos produtos transportados. A ABRAMET – Associação Brasileira de Medicina do Tráfego, diz que o uso indevido também pode causar lesões no trabalhador.

Ministério Público – Ação Civil Pública pode multar em mais de 200 milhões a empresa Loggi de aplicativos de motofrete.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) - Procuradoria Regional do Trabalho 2ª Região / Coordenadoria de Primeiro Grau está movendo Ação Civil Pública contra a Loggi e L4B com audiência a ser realizada no mês de fevereiro. No decorrer do documento, o MPT

lista todas as ações das duas empresas que caracterizam relações trabalhistas como também ambas é que toma as decisões na esfera negocial dos fretes, de que não são meras plataformas tecnológicas, nem agenciadoras ou intermediadoras e, sim empresas de

serviços e entrega. Caso autuada, o valor pode chegar a R\$ 200 milhões. Recentemente, a Loggi foi multada em quase R\$ 2 milhões e foi obrigada a registrar quase 600 funcionários. A empresa recorreu e aguarda parecer final do MPT.

Motofrete CLT tende a crescer em São Paulo

Depois que passou a euforia para trabalhar com aplicativos, que desvalorizaram a categoria nos últimos anos, trabalhadores motociclistas buscam melhores ganhos, segurança e qualidade de vida com registro em carteira. A tendência agora é o retorno de motociclistas profissionais para o regime CLT, já que estão informados com as práticas abusivas das empresas de aplicativos no motofrete que jogam a renda do trabalhador para baixo enquanto faturam milhões. Para se

ter uma ideia, nos últimos 3 anos além de acidentes ter aumentado o número de óbitos entre motoboys, o salário despencou de cerca de R\$ 4.000,00 para R\$ 1.500,00, marcando queda de menos de 50%. Para ter uma renda maior, esses motociclistas dobram a

jornada de trabalho (cerca de 40%), expondo a mais riscos de acidentes. Se isso não bastasse, essas empresas não pagam periculosidade, aluguel de moto, VR, seguro de vida grátis, cesta básica e outros. Motociclistas com registro em carteira também tem direito a férias, 13º salário, FGTS, multa rescisória e outros. Atualmente, um trabalhador CLT tem todos os benefícios acima além de, no decorrer dos últimos anos, ter recebido aumento salarial corrigido com o índice de inflação.

Regulamentação do motociclista profissional é a resposta para os problemas da categoria

Em todo Brasil, o motociclista profissional deve estar dentro da Lei Federal 12009 para exercer a profissão. A lei descreve os itens de segurança que a motocicleta deve possuir, bem como o motociclista. O primeiro passo para ficar regularizado é fazer o Curso de 30 Horas Obrigatório do Contran, depois alterar a CNH para motofretista e por fim, tirar a Licença Motofrete (placa vermelha). No caso dos motofretistas da capital de São Paulo, é obrigatório ainda tirar o Condomoto. Em outros estados brasileiros, deve-se procurar as secretarias municipais de transporte ou sindicatos de motofrete para mais informações. Para dar início a regulamentação, o trabalhador motociclista deve inscrever-se nos locais que oferecem o Curso Obrigatório de 30 Horas do Contran, no caso o Sest-Senat (em todo Brasil) ou CET (só capital São Paulo). Outras obrigatoriedades são ter 21 anos; estar habilitado há dois anos na categoria A e não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir ou ter cassação da CNH decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

Passo a Passo

- 1) Para fazer o curso: foto 2x2 colorida e recente, certidão original de prontuário do Detran para fins de direito (retirar no Ciretran da cidade onde foi emitida a CNH ou no Poupatempo se for o caso), cópia da CNH e certidão original de distribuição criminal (retirada no fórum da cidade onde foi emitida a CNH).
- 2) Após aprovação no curso, com o Certificado de Conclusão deve ir ao Detran de seu estado para conferência e inserção do curso no prontuário, alterando assim a CNH para Motofretista.
- 3) Após inserção, verificar junto a secretaria de transporte de sua cidade onde obter a licença motofrete (placa vermelha). Certifique-se também se sua cidade não exige outros documentos para o exercício da profissão de motociclista profissional. No caso de São Paulo - capital, o DTP (Rua Joaquim Carlos, 657 - Pari) dá as informações necessárias para obtenção do Condomoto.



alba
Se não for Alba, váza.

Rua Dr. Fernão Pompeu de Camargo, 865 • Jardim Trevo • Campinas, SP

19 3272 9821 • 19 3272 1707

www.albamoto.com.br • loja.albamoto.com.br